



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

Município: ITURAMA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	37
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	37
VIII - CONCLUSÃO	37
IX - ANEXOS	39





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

CPF/CNPJ: 18.457.242/0001-74

Município/UF: ITURAMA-MG

Unidade Visitada: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

CPF/CNPJ: 18.457.242/0001-74

Município/UF: ITURAMA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: janeiro/2023 a abril/2024

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	20/02/2024	19/04/2024
Execução - In loco	22/04/2024	26/04/2024
Relatório	29/04/2024	20/05/2024

Tarefa Nº: 150113

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2024 que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o município, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; regularidade do processo de formalização de Contratos e Convênios com os prestadores assistenciais hospitalares localizados na sede do município auditado; e a regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS. O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2023 a abril/2024.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O município de Iturama, sede da Microrregião de Saúde Bipolar FRUTAL/ITURAMA, em seu território atende população própria e referenciada de quatro dos onze municípios que pertence à microrregião: Carneirinho, Limeira do Oeste, São Francisco de Sales e União de Minas. Situa-se na mesorregião do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais, a 780 km de distância da capital Belo Horizonte e localiza-se na Macrorregião de Saúde Triângulo do Sul (PDR – SUS/MG 2019). Segundo dados do último censo do Instituto



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 38.295 habitantes, no ano de 2022, sendo esta população distribuída por uma área de 1.404,663 km² (IBGE 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Iturama é de 0,747 (IBGE 2010).

O município de Iturama/MG assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 163, de 05/05/1998, com efeitos financeiros a partir do mês de junho de 1998. Os atendimentos não existentes no município são referenciados através da PPI - Pactuação Pactuada e Integrada para os municípios de referência: Uberaba e Frutal.

O município possui dezoito unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: 08 Unidades Básicas de Saúde, 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O município possui dois hospitais que atendem pelo SUS: o Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa CNPJ- 18.457.242/0001-74, CNES 2201542 e um Hospital Privado, Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Iturama, CNPJ 19.109.198/0001-74, CNES 2208040 (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 22/04/2024).

IV - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação: será verificada a regularidade em relação à implantação e operacionalização dos serviços.

Quanto ao Fundo Municipal de Saúde: não será contemplada a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e a execução de despesas.

Quanto aos Contratos e Convênios: não será contemplada a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos contratos firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011);

Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS: será verificada a formalização dos mesmos, sendo a análise restrita às formalidades de elaboração, registro/elaboração no Sistema DIGISUS e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplada a avaliação em relação à regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.

FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0014083/2024-85;
- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0014087/2024-74;
- Verificação da Matriz de Planejamento de auditoria;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam por critérios da Matriz de Planejamento de Auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao município de Iturama, acessados em 01/04/2024;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Iturama, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Iturama-MG/2013; - Elaboração do cronograma de auditoria;
- Envio do Ofício SES/AUDSUS nº 110/2024, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos ao auditado:

Componente Municipal de Auditoria (CMA):

1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
3. Organograma da SMS;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



4. Ato (s) de designação e/ou nomeação do (s) profissional (is) auditores;
5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros no período de janeiro/2023 a março/2024;
6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;
7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria no período de janeiro/2023 a março/2024;
8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo no período de janeiro/2023 a março/2024;
- Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):
9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
10. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso no período de janeiro/2023 a março/2024;
11. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados etc.) no período de janeiro/2023 a março/2024;
12. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra (meses: novembro e dezembro/2023; janeiro/2024);
13. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2023, janeiro/2024);
14. Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2023, janeiro/2024);
15. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2023, janeiro/2024);
16. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2023, janeiro/2024);
17. Atas de reunião da CIB sobre revisão da Programação Pactuada Integrada (PPI) do município no período de janeiro/2023 a março/2024;
18. Relatórios de remanejamento da PPI do município, extraídos do GERASUS no período de janeiro/2023 a março/2024;
19. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI) no período de janeiro/2023 a março/2024;
20. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais eles são responsáveis pelas autorizações;
21. Ato de designação do (s) profissional (is) responsável (s) pela autorização de AIH e APAC (se houver);
22. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);
23. Espelhos de AIH das três últimas competências processadas;
24. Síntese de Produção de APAC das três últimas competências processadas (se houver);
25. Ato formal de nomeação da (s) Comissão (ões) de Acompanhamento da Contratualização da (s) Unidade (s) hospitalar (es) contratada (s) pelo município;
26. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da (s) Comissão (ões) de Acompanhamento da Contratualização da (s) Unidade (s) hospitalar (es) contratada (s) pelo município;
27. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela (s) Comissão (ões) de Acompanhamento da Contratualização da (s) Unidade (s) hospitalar (es) contratada (s) pelo município (atas, relatórios, planilhas e outros) no período de janeiro/2023 a março/2024;
28. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função;
29. Listas de espera (municípios no próprio território) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares nos meses de novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024;
30. Listas de espera (municípios referenciados a outros municípios) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares nos meses de novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024;
31. Lista de usuários do SUS cadastrados no Tratamento Fora do Domicílio (TFD) nos meses de novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024;
32. Processos de concessão e pagamento de TFD (comprovantes de agendamentos, documentos pessoais, notas de empenho/notas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



fiscais/comprovantes de atendimento/passagens) dos pacientes cadastrados no TFD que receberam ajuda de custo para transporte, alimentação e hospedagem, dos três meses selecionados como amostra (novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024);

33. Extratos da conta corrente utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2023, janeiro/2024);

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

34. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;

35. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2023 e 2024;

36. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2023 e 2024;

37. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);

38. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);

39. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra no período de novembro, dezembro/2023 e janeiro/20;

40. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;

41. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;

42. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;

43. Contratos e/ou convênios formalizados com o (s) prestador (es) de serviço (s) hospitalar (es) vigente (s);

44. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios vigentes formalizados com o (s) prestador (es) de serviço (s) hospitalar (es) de serviços do SUS do próprio município;

45. Ato (s) normativo (s) de designação da comissão de licitação referente (s) ao (s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o (s) prestador (es) de serviço (s) hospitalar (es) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).

46. Notas de Empenhos/processos de todos os pagamentos da Saúde, dos três meses selecionados como amostra (novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024).

Instrumentos de gestão

1. Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025;

2. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025 ao Conselho Municipal de Saúde (CMS);

3. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação do PMS;

4. Ato Legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação do PMS, pelo CMS;

5. Programação Anual de Saúde (PAS) 2024;

6. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento da Programação Anual de Saúde (PAS) 2024 ao CMS;

7. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação da PAS 2024;

8. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação da PAS 2024, pelo CMS;

9. Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023;

10. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023 ao CMS;

11. Atas de reuniões do CMS de apreciação do RAG 2023;

12. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) com parecer conclusivo sobre o RAG 2023 pelo CMS;

13. Três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2023/2024;

14. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS dos três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2023/2024;

15. Atas de reuniões do CMS de apreciação dos três últimos RDQAs;

16. Ofícios de encaminhamento dos três últimos RDQAs à Casa Legislativa Municipal;

17. Atas de reuniões da Casa Legislativa Municipal comprovando a apresentação dos três últimos RDQAs.

FASE OPERATIVA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Esta auditoria foi realizada de forma remota.

Realizada reunião de abertura no dia 15/03/2024 às 11:30hs na sede da Superintendência Regional de Saúde de Uberaba, onde estiveram presentes o Secretário Municipal de Saúde de Iturama, Sr.R.R.B.R e duas auditoras do Componente Estadual de Auditoria do SUS/MG, no qual foi informado a demanda, o fluxo administrativo e os objetivos da auditoria.

De 17/04/2024 a 26/04/2024 – período de análise de documentação enviada pela SMS de Iturama (processo SEI nº1320.01.0014083/2024-85).

Em 22/04/2024 às 09h00, pelo Teams, no seguinte link, ID da reunião: 269 519 481 147 Senha: KymLfU foi realizada reunião por videoconferência com representantes da SMS de Iturama para esclarecimentos sobre documentação enviada pela SMS de Iturama e informações referente ao funcionamento dos setores de Regulação, Controle e Auditoria por meio do sistema SEI MG.

Foram realizadas também entrevistas, por videoconferência, pelo Teams com os seguintes profissionais da SMS de Iturama:

Data 23/04/2024 às 09h00 – no link Teams ID da reunião: 257 557 696 083 Senha: U2Dm8W, responsável do SCRA, referente ao funcionamento dos setores de Controle, Regulação, Auditoria.

Data 24/04/2024 às 09h00 – no link Teams ID da Reunião: 283 924 518 874 Senha: giZRXd, responsável pelo TFD e responsável do SCRA referente ao funcionamento do Tratamento Fora Domicílio (TFD).

Data 25/04/2024 às 09h00 – no link ID da Reunião: 276 402 848 244 Senha: snDd2T, Auditor Municipal e o Autorizador de AIH do SCRA referente ao funcionamento do Serviço de auditoria e autorização das AIHs e APACS.

Data 26/04/2021 às 9h00 - no link Teams ID da Reunião: 282 945 499 982 Senha: dQKvRs, Sr. Secretário Municipal de Saúde de Iturama, referente ao funcionamento dos setores de Regulação, Controle e Auditoria da SMS de Iturama.

Em 26/04/2024 às 10h00, no link Teams ID da Reunião: 222 461 614 385 Senha: zt22Aj, foi realizada reunião de encerramento da auditoria com Secretário Municipal de Saúde de Iturama, Sr.R.R.B.R, para assinatura do Termo de Auditoria da atividade 742.

LIMITAÇÃO:

Não houve limitação para os trabalhos de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 684548

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência do Componente Municipal de Auditoria.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que Iturama não possui um Componente Municipal de Auditoria (CMA) implantado e que a Secretaria Municipal de Saúde não realiza nenhuma ação de auditoria. Não foi apresentado o organograma da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), porém foi demonstrado a Estrutura de Gestão da SMS de Iturama que consta a Auditoria, subordinada a Regulação, entretanto, não foi apresentado ato legal de criação do CMA, nem regulamento próprio da auditoria, contendo itens considerados importantes para o efetivo funcionamento do CMA, tais como: os objetivos, as competências, as atividades.

A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional exclusiva para desempenhar as ações de auditoria assistencial. Verificou-se que apesar da designação do servidor público para atuar como enfermeiro auditor - Sr. N.A.B.J., por meio da Portaria SMS Iturama MG nº 02/2023, de 12 de agosto de 2023, o mesmo atua no âmbito do Setor de Regulação realizando ações de supervisão hospitalar conforme identificado no Ofício nº 26/2024 assinado pelo Chefe da Regulação que informa as atribuições do enfermeiro auditor e no Termo de entrevista do auditor. Não foram apresentados registros das ações realizadas pelo CMA, como Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do CMA na Secretaria Municipal de Saúde de Iturama.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Em relação à infraestrutura necessária ao funcionamento do CMA, foi apresentado a infraestrutura da SMS de informática composta de um computador, acesso à internet e impressora. Entretanto o CMA necessita de espaço de trabalho definido, linha telefônica e meio de transporte disponível para execução das ações de auditoria, além de recursos físicos/materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria.

A inexistência do Componente Municipal de Auditoria está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º; Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28 e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág.12-MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e com a Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1"q" e "r".

Fonte da Evidência: Portaria SMS Iturama/MG nº 02/2023, de 12/08/ 23.

Estrutura de Gestão da SMS de Iturama.

Ofício nº26/2024/SMS/REGULAÇÃO de 23/04/24, trata de informação da ausência de regulamentação do setor de auditoria na SMS Iturama .

Termo de Informação do Sr. V.G.L.S. Responsável pelo SCRA em 23/04/24.

Termo de Informação do Sr. N.A.B. Jr em 25/04/24.

Relação de itens (fotos) pertencentes ao Setor de Auditoria/SMS datado em 26/03/24.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024 , Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria em Iturama, contemplando elaboração de Regulamento Interno da Auditoria e a publicação de ato legal de criação do CMA, conforme previsto na Lei no 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; no Decreto no 1.651/1995, Artigo 1º; Artigo 4º, caput e §3º; na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28 e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 684553

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: O município não implantou protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Durante auditoria não foram entregues registros que comprovem a elaboração, pactuação e adoção de Protocolos de Regulação para uso na regulação do acesso e na gestão das filas de espera, bem como não foram entregues documentos que demonstrem que esses protocolos estão estabelecidos na Secretaria Municipal de Saúde.

Foi verificada a inexistência de documentos contendo os fluxos formalizados para acesso do paciente aos pontos da Rede de Atenção à Saúde, bem como documentos que demonstrem a existência de um processo da regulação do acesso, para gestão de fila de espera, com base em critérios de classificação das prioridades do atendimento.

Em Entrevista, a Sr. V.G.L.S., responsável pelo Serviço de Controle, Regulação e Avaliação, informou que não foi elaborado os protocolos, e que possuem fluxo de acesso informal.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 4º Inciso V, Art.8º § 1º inciso IV, Art.10, caput, inciso VI e §3º incisos II e III; Resolução da Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.f; Resolução CIB-SUS/MG nº8340/2022, Art.11; Resolução SES/MG nº 8340/2022, Art.2º Inciso I; e o Guia de Governança e Gestão em Saúde- Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA, em 23/04/24.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Implantar protocolo de regulação do acesso, divulgar e capacitar os profissionais da rede em relação ao mesmo e manter documentação comprobatória dessas ações, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1.f., na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art.4º, Inciso V; Art.8º,§1º, Inciso IV; Art.10, Caput, Inciso VI; §3º, Incisos II e III; Resolução SES/MG nº 8340/2022, Art.2º Inciso I; e no Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4º, Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação Nº: 684556

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Durante a auditoria, não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do município, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em Entrevista, o Sr. V.G.L.S., responsável pelo Serviço de Controle, Regulação e Avaliação, confirmou que o Serviço não realiza capacitação continuada.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA, em 23/04/24.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação Nº: 684557

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Não foi apresentado um cronograma de capacitações regulares voltadas para as equipes do SCRA, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da participação dos profissionais do SCRA em capacitações, como



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em Entrevista, o Sr. V.G.L.S., responsável pelo Serviço de Controle, Regulação e Avaliação informou que a Capacitação permanente das equipes não é realizadas de forma planejada, mas acontecem reuniões pontuais com ajustes de fluxo e de funcionamento.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA, em 23/04/24.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Garantir que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação sejam capacitadas de forma permanente, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684559

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a que a SMS disponibiliza procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames e cirurgias) à população de Iturama em seu próprio território. Foram avaliadas as agendas das consultas especializadas realizadas no Ambulatório de Especialidades (neurologista, ortopedista, endocrinologista, cardiologista, oftalmologista, dermatologista, urologista, gastroenterologista, vascular, cirurgia geral), exames laboratoriais no Laboratório Municipal e Laboratório de apoio, referentes ao período de novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024. Também são oferecidos a população própria exames diversos como raios-x, tomografias computadorizadas, ultrassonografia, ecocardiograma, eletrocardiograma, eletroencefalografia, colonoscopia, endoscopia, além de cirurgias realizadas na Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Iturama e Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa.

Além disso, no mesmo período selecionado como amostragem, foram disponibilizados listagem de demanda reprimida para consultas, exames e procedimentos disponibilizados no próprio território por quantitativo de usuários por Equipe de Saúde da Família/ Unidade de Saúde da SMS de Iturama.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Segundo o responsável pelo SCRA a fila de espera é gerenciada pela atenção primária na UBS de origem do paciente; cada médico da UBS, juntamente com a enfermeira responsável pela unidade faz a priorização ou classificação e envia para agendamento na Regulação através de malote, respeitando as cotas liberadas mensalmente e, após agendado é devolvido para a UBS para a comunicação com o paciente sobre a data agendada.

Apesar da oferta das consultas, exames e cirurgia e da existência das ações de controle das agendas de marcação supracitadas, constatou-se que as demandas não estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, visto que o município não possui esses instrumentos implantados.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j; com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: Agendas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames complementares, cirurgias) disponibilizados aos usuários de Iturama em seu próprio território e listas de espera para tais procedimentos, amostragem meses novembro e dezembro/2023 e janeiro/2024.

Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA, em 23/04/24.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Executar o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território e manter documentação comprobatória de que as demandas dos procedimentos disponíveis em Iturama para população própria estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j e na Portaria de Consolidação nº2/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684561

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se os usuários de Iturama são encaminhados, principalmente, para os municípios de Uberaba e Frutal, para atendimento realizados pela Programação Pactuada Integrada.

Segundo o responsável pelo SCRA o atendimento eletivo para consulta, exames e cirurgias em municípios de referências



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



da PPI é feito mediante a entrega dos pedidos médicos e a documentação exigida pelo próprio paciente presencialmente no setor de agendamento intermunicipal da Secretaria Municipal de Saúde, onde a fila de espera é gerenciada por 02 pessoas do setor onde o critério é pela ordem de chegada dos pedidos ou pela descrição dos pedidos mais urgentes. As listas de espera de maior demanda são as especialidades de oftalmologia, ginecologia, ortopedia.

Foram apresentados relação de cirurgias eletivas realizados em Uberaba pela PPI, assim como relação de consultas e exames agendados para Uberaba e Frutal também pela PPI, e quantitativo por especialidade de demanda reprimida nos meses de novembro e dezembro/2023 e janeiro/2024.

Apesar da existência dos mecanismos de controle das marcações supracitados, constatou-se que as demandas dos procedimentos realizados em outros municípios não estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, visto que o município não possui esses instrumentos implantados.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Fonte da Evidência: Termo de Informação do Responsável pelo SCRA V.G.L.S em 23/04/24.

Planilha de cirurgias eletivas realizados pela PPI em Uberaba, nos meses de novembro e dezembro/2023 e janeiro/2024.

Quadro de consultas e exames agendados para Uberaba e Frutal pela PPI, no período de novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024.

Relação de quantitativo por especialidade de demanda reprimida no período de novembro, dezembro/2023 e janeiro/2024.

Ofício nº25/2024/SMS/REGULAÇÃO em 23/04/2024; informa sobre o fluxo de acesso da PPI.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024 , Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Controlar a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios e manter documentação comprobatória de que as demandas dos procedimentos estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684562



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: O município disponibiliza de acordo com a PPI, principalmente procedimentos do - Grupo 2- Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, grupo 3 - Procedimentos Clínicos, Grupo 4- Procedimentos Cirúrgicos e grupo 9- Outras programações.

Os municípios que referenciam maior número de procedimentos são: Carneirinho, Limeira do Oeste, São Francisco de Sales e União de Minas (Micro de Iturama).

Verificou-se, por meio de apresentação das planilhas do fechamento do ano de 2023 e janeiro/2024 o controle da demanda atendida de consultas, exames, cirurgias e outros procedimentos clínicos no ano de 2023 e janeiro/2024, bem como as cotas físicas e valores financeiros via PPI por ano, assim como o consolidado da PPI do mesmo período dos municípios atendidos, onde consta o total de procedimentos pactuados, realizados e valores financeiros, que demonstram correspondência ao atendimento em Iturama via PPI.

Foram analisados os documentos referentes ao ano de 2023 e janeiro/2024, sejam eles: Cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados aos municípios referenciados, Relatórios de produção hospitalar e de procedimentos extraídos do Tabwin dos municípios da Micro de Iturama atendidos em Iturama, Relação nominal dos pacientes com marcação de consultas dos usuários referenciados e Relação nominal dos usuários referenciados que realizaram cirurgias eletivas e os Espelhos de AIHs extraídos no SIHD2 dos meses de dezembro/2023, janeiro/2024 e fevereiro/2024.

Por meio da análise dos referidos documentos constatou-se que a SMS de Iturama garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, § 3º, V e com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

Fonte da Evidência: PPI/DATASUS município de Origem Iturama de janeiro de 2024.

Lista de usuários para consultas referenciadas para Iturama (Carneirinho, Limeira do Oeste, União de Minas e São Francisco de Sales) dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

Lista de usuários para realização de cirurgias eletivas referenciados para Iturama (Carneirinho, Limeira do Oeste, União de Minas e São Francisco de Sales) dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

Relatório extraído do site da PPI/MG, da competência 11 e 12/2023, 01/2024. Foco de pesquisa - Atendimento: Iturama- Discriminar por: Gestão/Município de Origem. Disponíveis em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>.

Relatórios extraídos do Tabwin referente a informações da PPI assistencial e Relatórios de Produção Assistencial dos meses novembro e dezembro/2023 e janeiro/2024.

Espelhos de AIH dos meses dezembro/2023, janeiro/2024 e fevereiro/2024

Documento contendo um consolidado quantitativo de informações sobre os agendamentos de consultas realizados para população referenciada para Iturama, no ano de 2023 e janeiro/2024.

E-mail da Coordenação do Núcleo de Regulação/SRS Uberaba de 08/04/2024.

Ofício nº25/2024/SMS/REGULAÇÃO em 23/04/2024 referente a esclarecimentos da PPI de Iturama.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684563

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A SMS não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não houve revisão da PPI no período de abrangência da auditoria (janeiro/2023 a março/2024), tanto em relação às pactuações dos procedimentos oferecidos em Iturama (para população própria e referenciada), quanto em relação às pactuações realizadas com outros municípios, para atendimento à população própria. Essa informação foi obtida da Coordenação do Núcleo de Regulação da Superintendência Regional de Saúde de Uberaba e confirmada pelo Responsável do SCRA de Iturama. Segundo ele, os últimos remanejamentos ocorreram em 2019, antes da pandemia.

Foi apresentado um Relatório de Remanejamentos, extraído do GERASUS-SES/MG: 01/01/2023 A 31/03/2024, com zero (0) Registro, Status: Aguardando Aprovação do Pacto Proposto

Ressalta-se que não foram apresentados documentos técnicos referentes à avaliação dos pactos assistenciais atuais, realizada com base em critérios epidemiológicos, análise de produção, entre outros fatores, que confirmassem que não houve necessidade de alteração da PPI, no período de abrangência da auditoria (01/01/2023 a 31/03/2024).

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Fonte da Evidência: Relatório de Remanejamentos extraído do GERASUS-SES/MG - Diretoria de Programação Pactuada e Integrada (DPPI). Solicitante: Iturama. Intervalo: 01/01/2023 a 31/03/2024.

E-mail da Coordenação do Núcleo de Regulação/SRS Uberaba de 08/04/2024.

Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA, de 23/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: A SMS de Iturama participar da elaboração e revisão periódica da PPI de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Recursos Humanos

Constatação Nº: 684565

Subgrupo: Profissionais de Saúde

Item: Médico



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: O profissional que autoriza as AIHs cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Verificou-se que a médica M.A.C.P.G, portadora do CRM **358, tem vínculo empregatício estatutário efetivo pela Prefeitura Municipal de Iturama e foi formalmente nomeada por meio da Portaria nº 01/2018/SMS/GS e novamente designada pela Portaria nº 01-SMS/2023 como médica Supervisora Hospitalar, Autorizadora de AIH e APAC. Está com o cadastro ativo, com login e senha disponibilizados pelo Estado, como autorizadora de AIH, conforme registros verificados no SUSFACIL.

Em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) - Módulo Profissional, em 11/04/2024, por meio do Cartão Nacional de Saúde (CNS) nº ***608077908***, verificou-se registros de cadastro da médica M.A.C.P.G, como médica clínica e cardiologista, ambulatório e hospitalar (11 horas), autônoma e não

SUS na Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Iturama. Em entrevista a mesma confirma que não atende pelo SUS.

Nos espelhos de AIHs, dos meses dezembro de 2023, janeiro/2024 e fevereiro de 2024, identificou-se que o número do Cartão Nacional de Saúde da Sra. M.A.C.P.G está presente em todos os espelhos de AIHs do Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa.

Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Registro profissional no CRM-MG, da médica M.A.C.P.A.

Termo de confidencialidade /liberação de acesso do SUSFÁCIL da Sra. M.A.C.P.A. em 09/11/2020.

Portaria nº01/2018/SMS/GS de 28/02/2018- Nomeação da médica autorizadora.

Ofício nº20/2020/SMS-GS de 09/11/2020.

Portaria nº 01- SMS/2023 de 10/01/2023.

Ofício nº22/2024/SMS/REG de 16/04/2024 Informa a respeito do médico autorizador.

Consulta ao CNES, Vínculo, Profissionais da médica M.A.C.P.A. Em 11/04/2024.

Termo de informação do Sr. V.G.L.S. Responsável pelo SCRA em 23/04/2024.

Termo de informação da médica M.A.C.P.A. em 25/04/2024

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 689738

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O CNS do médico autorizador registrado nos Espelhos de AIHs não é identificado em consulta ao CNES.

Evidência: Em análise dos Espelhos das AIHs da Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida Iturama dos meses dezembro/2023, janeiro/2024 e fevereiro/2024 consta no campo " Doc Autorizador " o CNS nº 170215007590008. Contudo a médica autorizadora designada (M.A.C.P.G) possui o CNS nº ***608077908***.

Em consulta de dados profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES na data 16/04/2024, não foram identificados dados para a pesquisa solicitada em relação ao CNS nº 170215007590008, ou seja, CNS não está relacionado a nenhum profissional.

Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1011 de 03/10/2014, Artigo 3º e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, itens 4.3,4.4.1 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Espelhos de AIH- SIHD do Hospital Casa de Saúde Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Iturama apresentados nos meses de dezembro/ 2023, janeiro/2024 e fevereiro/2024.

Consulta ao CNES na data 16/04/2024.

Portaria nº 01/2018/SMS/GS de 28/02/2018 - Nomeação da médica autorizadora.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1.Em resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, a SMS de Iturama através de seu representante legal, o Sr. R.R.B.R. encaminhou por meio do Ofício nº 074/SMS/GB, datado de 05/10/2024 sua manifestação da seguinte forma:"



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



justifico que o CNS do médico autorizador encontrava-se incorreto no cadastro do sistema SISAIH01 do prestador de serviços, sendo este a Casa de Saude e Maternidade Nossa Senhora Aparecida e que, assim que identificado a incoerência, este prestador foi imediatamente acionado para correção da informação conforme relatado no Ofício nº 020/2024/SMS/REG (em anexo). Ainda em tempo, confirmo que o CNS do médico autorizador no cadastro da Casa de Saude e Maternidade Nossa Senhora Aparecida foi prontamente corrigido, onde já na competência seguinte da constatação este foi apresentado de forma correta (Doc Autorizador 703608077908237), conforme registro nos Espelhos de AIH da competência março que encaminho em anexo."

2.Por meio do Ofício SES/GAB- AUDSUS nº 496/2024, a pessoa física R.R.B.R. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1-Avaliando-se a manifestação apresentada, a justificativa foi acatada, uma vez que o auditado corrigiu a não conformidade e a documentação apresentada demonstra a correção efetivada, sendo, deste modo, suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 684568

Subgrupo: Assistência Ambulatorial

Item: Faturamento/Produção/cobranças SUS

Constatação: Existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Verificou-se a existência de profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC na Secretaria Municipal de Saúde de Iturama. Trata-se da médica M.A.C.P.A., registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM) sob o número **358, nomeada por meio da Portaria nº 01/2018/SMS/GS e designada novamente pela Portaria nº 01-SMS/2023 de 10/01/2023 como médico Supervisor Hospitalar, Autorizador de AIH e APAC. A equipe analisou as Sínteses de Produção de APAC e espelhos de APAC de Campanha de Cirurgia de Cataratas emitidas no município, no Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa ,autorizadas de janeiro, abril e novembro de 2023,que constam da assinatura e carimbo da médica M.A.C.P.A autorizadora.

Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS, versão Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS no 396/2000, art. 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Registro profissional no CRM-MG, da médica M.A.C.P.A.

Portaria nº01/2018/SMS/GS de 28/02/2018.

Portaria nº 01- SMS/2023 de 10/01/2023.

Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA em 23/04/2024.

Termo de informação da médica M.A.C.P.A. em 25/04/2024.

Síntese de Produção APAC dos meses de janeiro, abril e novembro/2023..

Espelhos de APAC da Campanha de Cirurgia de Cataratas físicas autorizadas de janeiro, abril e novembro de 2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 684586

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Não foi apresentado o ato de nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD que, de acordo com o Manual de Procedimentos TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, deve ser composta pelo Secretário Municipal de Saúde, um médico, um assistente social e um funcionário responsável pelo TFD.

Ademais, não foram apresentados pareceres ou relatórios feitos por uma Comissão Municipal responsável pelo TFD para avaliação das solicitações entregues no setor de TFD do município, antes de realizar os encaminhamentos dos usuários para tratamento.

Em entrevista com os Srs. L.A.S. responsável pelo serviço de TFD e o Sr. V.G.L.S. responsável pelo SRCA confirmaram que não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente constituída e nomeada.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2022, Art. 140; a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, Caput e §4º. Manual de Procedimentos TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Fonte da Evidência: Termo de informação do Sr. V.G.L.S., Responsável pelo SCRA e Sra. L.A.S em 24/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024 de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024 e justificativa da constatação nº 686556. Contudo, em nenhum desses ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2 - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024 de 30/08/2024, o Sr. R.R.B.R foi notificado, mas não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Instituir a Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 1/2022, Art. 140; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, Caput, e § 4º e no Manual de Procedimentos de TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Conceito de TFD, pág.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 686408

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: Os processos de pagamento do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Em atendimento ao disposto na Legislação Federal e Manual de Procedimentos de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da SES/MG; em que dispõem acerca de concessões de benefícios aos pacientes para tratamento fora do domicílio; foram analisados os seguintes documentos:

Processos de pagamentos (notas de empenho, notas de liquidação, memorandos de solicitação de (TFD), endereçado ao Secretário municipal de Gestão Financeira e Orçamentária, assinada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, recibo de pagamento assinado pelo paciente (prestação de contas), relatório social, extrato bancário da conta corrente nº 22115-



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



5, agência 853-2, Banco do Brasil S/A, Fundo Municipal de Saúde, com crédito para a conta de cada paciente beneficiado). Planilha de Atendimento (TFD), referentes às concessões dos benefícios realizadas no mês de novembro e dezembro de 2023, e janeiro de 2024, (amostragem).

Foram analisados também a documentação acostada aos processos de pagamentos (TFD): Solicitação do médico, RG do paciente, comprovante de residência, Cartão Nacional do SUS (CNS), comprovante de conta bancária do paciente.

As Notas de Empenhos analisadas, bem como na Planilha de Atendimentos aos (TFDs); as cidades de destino, as patologias, o valor financeiro dos benefícios concedidos; e por fim o montante da despesa mensal. A referida Planilha contém: a) nome do paciente, com acompanhante (sim ou não), número do pedido (mesmo constante do processo de pagamento); b) destino (cidades onde os pacientes são atendidos); tais como: Fernandópolis, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, São Paulo, Campinas, Araçatuba, Bauru, todos no Estado de (SP), Goiânia (GO), e dentro do próprio Estado de Minas; Uberaba, Frutal, Uberlândia; c) o estabelecimento (CNES), credenciamento pelo SUS (SIM), tipo de atendimento, atesto de comprovante por parte do beneficiário.

Cumprir enfatizar que o Município utiliza de receitas próprias para custear as despesas com os Tratamentos fora do Domicílio (TFD).

Os empenhos/notas de liquidação correspondentes às concessões de benefícios para o (TFD) são: Nota de Empenho (NE) 0009921-000 (01/11/2023), pago m 28/11/23.

NE 0002966-008 (31/03/23), pago em 08/11/23.

NE 0002975-008 (25/10/23), pago em 08/11/23.

NE 000.2976-000 (25/10/23), pago em 08/11/23.

NE 0005921-006 (25/10/23), pago em 08/11/23.

NE 0002972-008 (31/03/23), pago em 08/11/23.

NE 0009390-000 (31/10/23), pago em 06/11/23.

NE 0009390-000 (31/10/23), pago em 06/11/23.

NE 0009393-000; 0009391; (31/10/23) pagos em 07/11/23.

NE 0009468-000; 0009469-000; 0009390-000 (31/10/23), pagos em 31/10/23.

NE 0009392-000, 0009847-000 (31/10/23), pagos em 06/11/23.

NE 0009921-000; 009922-000(31/10/23), pagos em 28/11/23.

NE 0009847-000 (31/10/23), pago em 17/11/23.

NE 0009921-000 (01/11/23), 0009922-000 (01/11/23) pagos em 28/11/23.

EMPENHOS DE 2024: Emitidos em janeiro e pagos em 19/01/24:

NE 0000013-001; 0000014-001; 0000015-001; 0000016-001; 0000017-001; 0000018-001; 0000019-001; 0000020-001; 0000021-001; 0000022-001; 0000023-001; 0000024-001; 0000031-001; 0000035-001, pagos em 02/01/2024.

NE 0000004-000, 0000007-000 (02/01/24), pagos em 23/01/24.

Foram analisados os Extratos Bancários de Movimentação Financeira da conta nº 22115-5, agência 853-2, Banco do Brasil S/A, (FMS); referentes aos meses de novembro, dezembro de 2023, e janeiro de 2024; os quais comprovam as transferências efetuadas em favor dos pacientes (TFD).

ANEXO QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO (TFD).

Face ao exposto, conclui-se que a concessão de benefício para tratamento fora do domicílio (TFD); foram deferidos em conformidade com a Legislação.

Tais fatos estão de acordo com a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 01/2022, Título II, Capítulo II, artigo 135, § 2º, e artigo 138. Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2018, Anexo XXVI, artigo 6º, § 4º. Manual de Procedimentos Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da SES/MG.

Fonte da Evidência: Nota de Empenho (NE) 0009921-000 (01/11/2023), pago m 28/11/23.

NE 0002966-008 (31/03/23), pago em 08/11/23.

NE 0002975-008 (25/10/23), pago em 08/11/23.

NE 000.2976-000 (25/10/23), pago em 08/11/23.

NE 0005921-006 (25/10/23), pago em 08/11/23.

NE 0002972-008 (31/03/23), pago em 08/11/23.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



NE 0009390-000 (31/10/23), pago em 06/11/23.
NE 0009390-000 (31/10/23), pago em 06/11/23.
NE 0009393-000; 0009391; (31/10/23) pagos em 07/11/23.
NE 0009468-000; 0009469-000; 0009390-000 (31/10/23), pagos em 31/10/23.
NE 0009392-000, 0009847-000 (31/10/23), pagos em 06/11/23.
NE 0009921-000; 009922-000(31/10/23), pagos em 28/11/23.
NE 0009847-000 (31/10/23), pago em 17/11/23.
NE 0009921-000 (01/11/23), 0009922-000 (01/11/23) pagos em 28/11/23.
EMPENHOS DE 2024: Emitidos em janeiro e pagos em 19/01/24:
NE 0000013-001; 0000014-001; 0000015-001; 0000016-001; 0000017-001; 0000018-001; 0000019-001;
0000020-001; 0000021-001; 0000022-001; 0000023-001; 0000024-001; 0000031-001; 0000035-001, pagos em
02/01/2024.
NE 0000004-000, 0000007-000 (02/01/24), pagos em 23/01/24.
Extratos Bancários de Movimentação Financeira da conta nº 22115-5, agência 853-2, Banco do Brasil S/A, (FMS);
referentes aos meses de novembro, dezembro de 2023, e janeiro de 2024.
Memorandos expedidos pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde endereçados ao Secretário Municipal de
Gestão Financeira e Orçamentária.
Extratos Bancários de Movimentação Financeira da conta corrente nº 22115-5, agência 853-2, Banco do Brasil
S/A; (FMS); referentes aos meses de novembro/23, dezembro/23, e janeiro de 2024.
Quadro Demonstrativo de Atendimento TFD anexo a este relatório.
Documentação exigida para habilitação da concessão do benefício ao paciente.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686416

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS), constitui-se em Unidade Orçamentária e gestora dos recursos.

Evidência: O Fundo Municipal de Saúde (FMS), foi instituído pela Lei Municipal nº 3.901, de 20 de outubro de 2009; (FMSI - com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica própria (para fins meramente contábeis conforme Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/07/2007); como preceptor único de todos os recursos financeiros destinados a investimento e custeio para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Iturama/MG. Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); em 20 de outubro de 2009; cujo cadastro recebeu o número 11.290.560/0001-44 (Matriz), com Código e Descrição da Natureza Jurídica 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal. Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022. (Documento consultado em 18/04/2024).

A Lei Municipal nº 5.067, de 22 de junho de 2022, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, assinada em 22 de junho de 2022 (LOA 2023); demonstra em seu bojo, especificações dos programas de trabalho, finalidade, identificação das receitas e despesas, bem como classificação orçamentária, para todos os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS); cuja movimentação financeira ocorre através do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Analísado o Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD - 2023-2024), estão consignados em seu bojo:

ÓRGÃO 02 PODER EXECUTIVO.

UNIDADE 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

SUB-UNIDADE 01 SECRETARIA DE SAÚDE.

Quanto ao exame de Notas de Empenho (amostragem), referentes às despesas na área da saúde, seguem a mesma nomenclatura consignada no (QDD): Unidade 02 11 Fundo Municipal de Saúde.

Tais fatos estão de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, artigo 14.

Fonte da Evidência: Lei Municipal nº 5.067 de 22 de junho de 2022 (LOA 2023).

Lei Municipal nº 3.901, de 20 de outubro de 2009.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD - 2023-2024).
Notas de Empenhos (NE): 0009390-000 (31/10/2023).
NE 0009391-000 (31/10/2023).
NE 0009393-000 (31/10/2023).
NE 0009468-000 (31/10/2023).
NE 0009469-000 (31/10/2023).
NE 0009390-000 (31/10/2023).
NE 0009392-000 (31/10/2023).
NE 0009393-000 (31/10/2023).
NE 0009847-000 (31/10/2023).
NE 0009921-000 (01/11/2023).
NE 0009922-000 (01/11/2023).
Consulta ao (CNPJ), aos 18/04/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686430

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Evidência: Analisados extratos bancários referentes às transações bancárias (TED), e extratos de movimentações financeiras, demonstram que a conta corrente da contrapartida está vinculada ao (FMS): Agência 853-2, Conta Corrente nº 22115-5, Banco do Brasil S/A, (FMS).

Por amostragem foram analisados Notas de Empenhos emitidos em 02 de janeiro de 2024, que são: 0000001-000; 0000003-000; 0000002-000; (extrato bancário de 16/01/2024); 000008-001; 0000012-001; 0000015-001; 0000029-001; 0000025-001; 00000226-001; 0000027-001, (extratos de 19/01/2024); 0000038-002; 0000039-002, (extratos de 30/01/2024).

Por amostragem: Extrato Bancário da Movimentação Financeira da Conta Corrente nº 22115-5, Agência 853-2, Banco do Brasil S/A; referentes aos meses de novembro de 2023, dezembro de 2023, e janeiro de 2024.

Extrato de Investimento - Fundos (Poupança), referentes aos meses de novembro de 2023, dezembro de 2023 e janeiro de 2024; (da mesma conta bancária), demonstram que o recurso da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ nº 11.290.560/0001-44, correspondente ao Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Tais fatos estão de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, artigo 2º, parágrafo único.

Fonte da Evidência: Notas de Empenhos emitidos em 02 de janeiro de 2024, que são: 0000001-000; 0000003-000; 0000002-000; (extrato bancário de 16/01/2024); 000008-001; 0000012-001; 0000015-001; 0000029-001; 0000025-001; 00000226-001; 0000027-001, (extratos de 19/01/2024); 0000038-002; 0000039-002, (extratos de 30/01/2024).

Extrato Bancário da Movimentação Financeira da Conta Corrente nº 22115-5, Agência 853-2, Banco do Brasil S/A; referentes aos meses de novembro de 2023, dezembro de 2023, e janeiro de 2024.

Extrato de Investimento - Fundos (Poupança), referentes aos meses de novembro de 2023, dezembro de 2023 e janeiro de 2024; (da mesma conta bancária).

Cartão do (CNPJ nº 11.290.560/0001-44), correspondente ao (FMS); (consulta realizada em 18/04/2024).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686434

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Acesso 1491560



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesa.

Evidência: O Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS/Municipal; foi nomeado pelo Senhor Prefeito do Município de Iturama/MG; através do Decreto nº 7.869, de 01 de março de 2021, com publicação no Mural da Prefeitura em 01/03/2021.

Assim dispõe o artigo primeiro do referido Decreto: Fica delegada a competência de ordenador de despesa no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo - Secretaria Municipal de Saúde.

Analisados por amostragem as Notas de Empenhos e Liquidações referentes aos meses: março de 2023, novembro de 2023 e dezembro de 2023, bem como janeiro de 2024; registram que o ordenador de despesa e autorizador de pagamentos relacionados a (SMS), são feitos sob a rubrica do Senhor Secretário Municipal de Saúde (R. R. B. R). Ordena, portando, as despesas da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Portanto, o Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesa, de todo o período de abrangência; (janeiro de 2023 a abril de 2024).

Tal fato está de acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, artigo 80, § 1º. Lei nº 8.080/1990, artigo 9º, artigo 32, § 2º. Instrução Normativa/DTN nº 10/1991.

Fonte da Evidência: Decreto Municipal nº 7.869, de 01 de março de 2021.

Amostragem: Notas de Empenhos referentes ao exercício março de 2023:

0002966-008; 0002974-008; 0002975-008; 0002976-009; (31/03/2023), 0005921-006 (22/03/2023); 0002972-008 (31/03/2023).

Amostragem: Notas de Empenhos do exercício janeiro de 2024: 0000013-001; 0000014-001; 0000015-001; 0000016-0001; 0000017-001; 0000018-001; 0000019-001; 0000020-001; 0000021-001; 0000022-001; 0000023-001; 0000024-001; 0000031-001; 0000035-001 (02/01/2024).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686438

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é autorizador dos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Evidência: O Gestor Municipal é autorizador dos pagamentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde (FMS); evidência constatada através de análise das Notas de Liquidação de Empenhos realizados em outubro de 2023 e janeiro de 2024 (amostragem).

O Gestor Municipal de Saúde, autoriza portanto; os pagamentos das despesas efetuadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37924, de 16 de maio de 1996, artigo 21. Lei nº 8.080/1990, artigo 9º, artigo 32, § 2º.

Fonte da Evidência: Notas de Liquidação (NL): 015.579/2023, liquidado em 25/10/2023.

NL 015.588/2023, liquidado em 25/10/2023.

NL 015.589/2023, liquidado em 25/10/2023.

NL 015.702/2023, liquidado em 25/10/2023.

NL 015.591/2023, liquidado em 25/10/2023.

NL 0000019/2024, liquidado em 02/01/2024.

NL 0000021/2024, liquidado em 02/01/2024.

NL 0000022/2024, liquidado em 02/01/2024.

NL 0000023/2024, liquidado em 02/01/2024.

NL 0000024/2024, liquidado em 02/01/2024.

NL 0000025/2024, liquidado em 02/01/2024.



NL 0000026/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000027/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000028/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000029/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000030/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000031/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000037/2024, liquidado em 02/01/2024.
NL 0000040/2024, liquidado em 02/01/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684574

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não foi devidamente formalizada.

Evidência: Constatou-se que não existe Comissão para acompanhamento da contratualização da Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Iturama referente a prestação de serviços ao SUS.

Não foram apresentados documentos que comprovem a existência dessa Comissão no desempenho de ações próprias no acompanhamento da Contratualização, assim como documentos como atas de reuniões, relatórios de visitas, relatórios analíticos da execução do contrato, bem como de indicadores, dentre outros documentos.

Verificou-se que o Contrato vigente prevê em suas cláusulas, o monitoramento e a avaliação dos resultados. Contudo, não existem instrumentos implantados na SMS com essa finalidade.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput e § 2º.

Fonte da Evidência: Convênio nº 02 de 12/09/2022.

Termo de informação do Sr. V.G.L.S. Responsável pelo SCRA em 23/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, a SMS de Iturama através de seu representante legal, o Sr. R.R.B.R. encaminhou por meio do Ofício nº 076/SMS/GB, datado de 05/10/2024 sua manifestação da seguinte forma: "Justifico que a existência dessa comissão para esse contrato específico se fez dispensável, uma vez que o objetivo desta contratualização foi a execução específica de cirurgias eletivas referentes ao Programa Valora Minas - Modulo Novas Vínculos, Novas Prestadores, onde os recursos recebidos pelo município através do Estado eram repassados integralmente para o Hospital, os valores dos procedimentos e incentivos já foram pré determinados através da Resolução SES/MG Nº 7.830, de 05 de novembro de 2021 e a execução dos procedimentos e valores despendidos foram acompanhados pelo Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, conforme relatório em anexo. Ainda mais, na própria Resolução SES/MG Nº 7.830, de 05 de novembro de 2021 e no Termo de Compromisso 389/7830/2021 assinado (em anexo) não consta a necessidade de constituição de Comissão de Acompanhamento, o que nos fez entender que não seria necessária a composição desta Comissão."

2. Por meio do Ofício SES/GAB- AUDSUS nº 496/2024, a pessoa física R.R.B.R. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: Avaliando o SCNES da Casa de Saúde foi constatado que o hospital privado possui 42 leitos cadastrados, sendo 26 leitos SUS, portanto a quantidade de leitos é inferior ao mínimo de 50 leitos operacionais, desobrigando de haver contratualização e por decorrência os dispositivos nessa constatação não são aplicáveis; além de que a SMS trouxe elementos que demonstram a realização de ações de acompanhamento.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686456

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O Contrato de Gestão nº 117/2018 e seu 23º Termo Aditivo; firmado com a OSS Instituto Social Resgate à Vida dispõe das cláusulas exigidas em legislação.

Evidência: Analisado o CONTRATO DE GESTÃO nº 117/2018 - Credenciamento/Inexigibilidade nº 09/2028 - Processo Licitatório nº 95/2018, formalizado entre a Prefeitura Municipal e Iturama, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Sr. Prefeito e o INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE À VIDA (ISSRV), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.900.613/0001-24, com cadastro no CNES, cujo código é o nº 7794517; tendo como representante legal o Sr. R.E.R.S.

Cláusula 1ª. Objeto do Contrato: A operacionalização, pela Contratada, em conformidade com os Anexo Técnico (parte integrante do Contrato), das seguintes atividades: a) atendimento integral ao Pronto Atendimento Municipal; b) atendimento integral dos serviços ambulatoriais de Consultas Médicas, Exames Especializados; c) atendimento de Assistência Médico Hospitalar, e, setores de apoio constantes do Termo de Referência e Plano Operativo Anual (POA). Menciona em conjunto com o objeto o Termo de Permissão de Uso como parte integrante dos Anexos.

Cláusula 2ª, dispõe acerca da Obrigação e Responsabilidade da Contrata. Cláusula 3ª, dispõe acerca das Obrigações da Contratada. Cláusula 4ª, dispõe sobre a Avaliação. Cláusula 5ª, Do Acompanhamento. Cláusula 6ª, do Prazo de Vigência; (vigência de 01 (um) ano, em conformidade com a conveniência da Administração Pública). Cláusula 7ª, trata dos Recursos Financeiros, definida a importância em (R\$ 960.000,00), bem como a forma de pagamento. Dotação Orçamentária correspondem: Ficha 478, Fonte de Recurso 01.0002.0500 FMS mínimo 15% (quinze por cento), 01.0049.0506 Transferência de Recursos do SUS, para atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, Ficha 485 Fonte de Recurso 01.002.0500 FMS mínimo 15% (quinze por cento), 01.0049.0506 Transferência do SUS para a Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, 01.0055.0055 Transferência de recurso do (FES) para o (FMS)(PROURG), Ficha 491, Fonte de Recurso 01 0002.0500 FMS mínimo 15% (quinze por cento), 01.0049.0506 Transferência de Recurso do SUS, para Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, 01.0055.0055 Transferência do (FES) para o FMS. Cláusula 8ª, dispõe acerca das condições de pagamento. Cláusula 9ª, trata da alteração contratual. Cláusula 10ª trata da prestação de contas. Cláusula 11ª, dispõe acerca da rescisão. Cláusula 12ª, prevê as penalidades. Cláusula 13ª, disposições finais. Cláusula 14ª, da publicação. Cláusula 15ª do foro. Assinado em 05/09/2018, com prazo de vigência por 12 (doze) meses. VIGÉSSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência para 05/09/2023.

Cumpram esclarecer que não houve disponibilidade dos Termos Aditivos anteriores ao Vigésimo Terceiro Termo Aditivo.

Tal fato está de acordo com a Lei 8.666/1993, artigo 54, § 1º, e artigo 55. Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 130 ao 142. Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV - Capítulo III, artigo 32, § 1º, artigos 34, 35, e 36.

Fonte da Evidência: CONTRATO DE GESTÃO nº 117/2018.
VIGÉSSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686510

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: O Contrato de Gestão nº 068/2023 firmado com o Instituto Gênesis - Gestão em Saúde, Educação e Tecnologia, não dispõe de cláusulas exigidas em legislação.

Evidência: Em análise ao CONTRATO DE GESTÃO nº 068/2023; formalizado entre a Prefeitura Municipal de Iturama representada pelo Senhor Prefeito, denominado CONTRATANTE, e o INSTITUTO GÊNESIS - GESTÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 21.236.845/0001-50, com Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), cujo código é Q-8660-7/00 (Atividade de Apoio à Gestão de Saúde). Situada na Rua 09, nº 1.279, Quadra E9, Lote 12/47, Setor Oeste na cidade de Goiânia/GO, CEP: 74.110-100, representada pela sua Diretora Presidente a Senhora L. B.B.M., residente em Goiânia/GO, CEP: 74.055-070, denominada CONTRATADA. Cláusula 1ª - Objeto: A operacionalização, pela Contratada, em conformidade com os Anexos Técnicos (parte integrante do Contrato), das seguintes atividades: a) atendimento integral do Pronto Atendimento Municipal (Pronto Socorro Municipal, internações, ambulatório e toda cirurgia médica de baixa complexidade); b) atendimento integral dos serviços ambulatoriais de Consultas e Exames Especializados; c) atendimento e Assistência Médico Hospitalar, e, setores de apoio constantes do Termo de Referência, metas de produção de atividades mínimas a serem realizadas, descrição dos serviços, especificação quadro servidores cedidos, Plano de Trabalho e Plano Operativo Anual. Integra o Contrato Termo de Referência; b) Anexo I (POA), à população usuária do SUS. Dispõe a Cláusula 2ª acerca da Obrigação e Responsabilidade da Contratada. Cláusula 3ª das Obrigações da Contratante. Cláusula 4ª trata-se da avaliação. Cláusula 5ª do Acompanhamento. Cláusula 6ª do Prazo da Vigência. Cláusula 7ª dos Recursos Financeiros - Dotação Orçamentária. Cláusula 8ª Condições de Pagamento. Cláusula 9ª trata da Alteração. Cláusula 10ª da Prestação de Contas. Cláusula 11ª da Rescisão. Cláusula 12ª das Penalidades. Cláusula 13ª Disposições Finais. Cláusula 14ª da Publicação. Cláusula 15ª do Foro. O prazo de vigência do presente Contrato são de 06 (seis) meses, iniciando -se em 30/10/2023). Valor: (R\$ 1.910.019,30), mensal, perfazendo o valor global de (R\$ 11.460.115,80). Em relação à Dotação Orçamentária: Ficha 371, Fonte de Recurso 01.0500.000.000 FMS mínimo 15% (quinze por cento) (R\$ 4.880.579,35), 01.0600.000.0002 Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar (R\$ 241.976,46), e 01.0621.0000.0000 Transferência de Recurso SUS proveniente do Governo Estadual (R\$ 408.000,00); Ficha 380, Fontes de Recursos: 01.0500.0000.0002 FMS mínimo 15% (quinze por cento) (R\$ 5.211.536,45), 01.0600.0000 Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (R\$ 718.023,54). Primeiro Termo Aditivo: para acréscimo de serviços de exames de tomografia, e consequentemente alteração do valor de custeio (30/10/2023). Segundo Aditivo: para acréscimo de serviços de exames laboratoriais, e consequentemente alteração do valor global do Contrato (02/10/2023). Terceiro Aditivo: (1º/12/2023) prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 15/02/2024; com a manutenção do valor mensal a partir de 1º de janeiro de 2024, perfazendo o valor global do aditivo firmado em (29/12/2023). Contrato assinado em 30/06/2023.

IRREGULARIDADE: Em toda extensão do Contrato, não foi prevista em nenhuma Cláusula, onde se daria o cumprimento do Objeto pela CONTRATADA. Denota-se que seria no Hospital Municipal; mas NÃO explicitou, não houve clareza.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.666/1993, artigo 54, § 1º, primeira parte.

Fonte da Evidência: Contrato de Gestão nº 068/2023.

Termos Aditivos ao Contrato de Gestão nº 068/2023; (1º, 2º, e 3º).

Consulta ao site oficial (CNAE), Classificação Nacional das Atividades Econômicas.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de manifestação escrita, a SMS de Iturama Ofício nº 080/2024/SMS/GS datado em 07/10/2024 referente à resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, datado em 30/08/2024; o Senhor R.R.B.R., enquanto representante legal da Pessoa Jurídica, respondendo se manifesta da seguinte forma:

... referente à Constatação 686510, que cita "O Contrato de Gestão nº 068/2023 firmado com o Instituto Gênesis - Gestão em Saúde, Educação e Tecnologia, não dispõe de cláusulas exigidas em legislação". Onde aponta irregularidade em não prever no Contrato onde se daria o cumprimento do Objeto pela Contratada, justifico: No Contrato de Gestão nº 068/2023, na Cláusula Primeira - do Objeto, ponto "1", item "a", tem-se a seguinte determinação: "Atendimento integral do Pronto Atendimento Municipal (pronto socorro municipal, internações, ambulatório e toda cirurgia médica de baixa complexidade). Conforme constatação acima citada, o cumprimento do Objeto se daria no Estabelecimento de Pronto Atendimento Municipal, sendo de conhecimento público e notório de que não existe outro Estabelecimento Municipal com este caráter de atendimento, a não ser única e exclusivamente o Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa, situado na Rua



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cidade do Prata, nº 415 - Centro.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024, datado em 30/08/2024, o Senhor R.R.B.R., (Pessoa Física), foi notificado; porém não se manifestou acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1. A justificativa/esclarecimento do Auditado, foi suficiente para afastar a não conformidade; que consistiu em observar o mencionado pela defesa; ou seja; o Contrato de Gestão nº 068/2023, na Cláusula primeira - do Objeto, ponto "1", item "a". Em consonância com a Lei nº 8.666/1993, artigo 54, § 1º, primeira parte.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 690273

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: A entidade contratada para operacionalização dos serviços de saúde (Instituto Gênnesis - Gestão em Saúde, Educação e Tecnologia); não possui cadastro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

Evidência: Em análise ao Contrato nº 068/2023; formalizado entre a Prefeitura Municipal de Iturama, representada pelo Senhor Prefeito, denominado CONTRATANTE, e o INSTITUTO GÊNNESIS - GESTÃO EM SAÚDE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 21.236.845/0001-50, com classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), cujo número de código é Q-8660-7/00 (Atividade de Apoio e Gestão de Saúde). Situada na Rua 09, nº 1.279, Quadra E9, Lote 12/47, Setor Oeste na Cidade de Goiânia/GO, CEP: 74.110-100; representada pela sua Diretora Presidente a Senhora L. B. B. M., residente em Goiânia/GO, CEP: 74.055-070, denominada CONTRATADA. A análise apontou que:

Aos 13 dias do mês de maio de 2024, em consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES); constatou-se ausência de registro cadastral da Contratada (Instituto Gênnesis - Gestão em Saúde, Educação e Tecnologia); contrariando a Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 131, inciso I; que dispõe: a instituição privada com a qual a Administração Pública celebrará contrato deverá: I - estar registrada no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).

Fonte da Evidência: Contrato nº 068/2023.

Consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), em 13/05/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de manifestação escrita, a SMS de Iturama Ofício nº 073/2024/SMS/GS datado em 20/09/2024 referente à resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, datado em 30/08/2024; em que o Senhor R.R.B.R., enquanto representante legal da Pessoa Jurídica, respondendo se manifestou da seguinte forma: "A entidade contratada para operacionalização dos serviços de saúde (Instituto Gênnesis - Gestão em Saúde, Educação e Tecnologia); não possui cadastro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde", justifico que no período citado (08 dias do mês de agosto de 2024) em que foi realizada a consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o Instituto Gênnesis - Gestão em Saúde, Educação e Tecnologia não fazia mais parte da gerência/administração do Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa, por isso não foi constatado vínculo junto ao CNES deste.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024, o SR. R.R.B.R., (Pessoa Física), foi notificado; porém não se manifestou acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1. O Auditado não apresentou cópia do CNES da entidade durante a época em que o Contrato nº 068/2023 com a Prefeitura Municipal de Iturama esteve vigente.

2. Em consulta ao CNES pelo nome empresarial - INSTITUTO GÊNNESIS - GESTÃO EM SAÚDE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA e pelo CNPJ 21.236.845/0001-50, identificou-se que "não existe dados para pesquisa solicitada".

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Exigir o cadastro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) de instituição privada com a qual a Administração Pública celebrará contrato, conforme disposto na Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 131, inciso I.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686516

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: O Convênio nº 01/2024 firmado com a Sociedade Brasileira Caminho de Damasco não dispõe de cláusulas exigidas em legislação.

Evidência: Analisado o CONVÊNIO nº 01/2024, celebrado entre o Município de Iturama, através da SMS/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.290.560/0001-44, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, e a SOCIEDADE BRASILEIRA CAMINHO DE DAMASCO, denominada OS (SBCE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 48.211.585/0001-15; sediada na Rua Gabriela, nº 144, Município de Garça/SP; representada pelo seu Presidente o Dr. L. P. H. Em consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o estabelecimento possui registro CÓDIGO Q-8640-2/99, atribuído às atividades de serviços complementares diagnóstica e terapêutica, (26/08/24).

Objeto: Trata-se de adesão do Município/SMS às regras previstos nas Resoluções SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020 e 7830, de 05 de novembro de 2021, e Termo de Compromisso nº 389/7830, de 25/11/2021, e alteração, que regulamenta o Módulo Novos Vínculos, Novos Prestadores do Valora Minas, visando à execução de ações e serviços no âmbito do SUS, mediante a definição de Indicadores e Metas. Vigência: Previsto o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses, assinado em 19/03/2024.

O Convênio está lastreado no Termo de Compromisso nº 389/7830, firmado entre a (SMS) e (SES/MG), em 25/11/2021.

Quanto ao valor financeiro para o repasse, apenas uma alusão ao Termo 389/7830; ou seja, o valor estimado em (R\$ 168.978,96).

Analisado o presente instrumento sob a luz do artigo 199, § 1º da Constituição Federal de 1988, que dispõe: Artigo 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes desta, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. O mencionado artigo Constitucional, foi disciplinado pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; a qual estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou acordos de cooperação. (Artigo 1º - redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015).

Em observância ao CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. Artigo 2º, letra c, inciso VII: Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco proposta pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (inciso com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015).

Face à legislação mencionada, conclui-se que o instrumento formalizado trata-se de TERMO DE COLABORAÇÃO, tipificado no artigo 2º, letra c, inciso VII da Lei nº 13.019/2014. E não Convênio.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



IRREGULARIDADE: Analisado todo o conteúdo do Convênio nº 01/2024, a irregularidade encontrada foi quanto à NÃO indicação do Estabelecimento de Saúde (Hospital, nome, endereço), onde os serviços de saúde serão executados. Cumpre enfatizar que no próprio Instrumento faz referência ao Termo de Compromisso, em sua Cláusula Primeira, § 2º, que o recurso financeiro deverá ser utilizado para qualificar o financiamento, ampliar o acesso e aumentar a produção de procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares, sem contudo; prever o local, a cidade, e qual Estabelecimento de Saúde o executaria.

Tal fato não está em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, artigo 54, § 1º. Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título VI, Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, artigo 130, inciso I. Lei nº 13.019/2014, CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, artigo 2º, letra c, inciso VII.

Fonte da Evidência: CONVÊNIO nº 01/2024.
Consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), aos 26 dias do mês de agosto de 2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, de 30/08/2024, a SMS foi notificada e manifestou por meio dos seguintes ofícios: Ofício nº 073/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 074/2024/SMS/GS de 20/09/2024, Ofício nº 075/2024/SMS/GS de 30/09/2024, Ofício nº 076/2024/SMS/GS de 04/10/2024, Ofício nº 080/2024/SMS/GS de 07/10/2024, Ofício nº 081/2024/SMS/GS de 07/10/2024; e ainda por meio de correspondência escrita (sem número), datada em 04/10/2024, assinada pelo Procurador do Município (OAB/MG nº 95032). Contudo, em nenhum desses Ofícios houve defesa especificada contestando a presente constatação.

2. Por meio do Ofício 496/2024 de (30/08/2024);o Senhor R.R.B.R, foi notificado, mas não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação de justificativas.
Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Recomenda-se à SMS efetuar correções no instrumento, haja vista estar em vigor; observando-se, portanto, a Lei nº 8.666/1993, artigo 54, § 1º. Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título VI, Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, artigo 130, inciso I. Lei nº 13.019/2014, CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, artigo 2º, letra c, inciso VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Recursos Financeiros
Subgrupo: Contrato
Item: Contrato de Empresa

Constatação Nº: 686519

Constatação: O Contrato de Gestão nº 15/2024 firmado com a Sociedade Brasileira Caminho de Damasco dispõe das cláusulas exigidas em legislação.

Evidência: Em análise ao CONTRATO DE GESTÃO nº 15/2024 - Processo Licitatório nº145/2023 - Chamamento Público nº 09/2023; celebrado pelo Município de Iturama, representado pelo Sr. Prefeito e o Fundo Municipal de Saúde, com CNPJ nº 11.290.560/0001-44, representado também pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS/Municipal, denominados Contratantes, e de outro lado, instituição SOCIEDADE BRASILEIRA CAMINHO DE DAMASCO, pessoa



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.211.585/0001-15, com sede na Rua Gabriela nº 144, Município do Garça, Estado de São Paulo; doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu Presidente o Dr. L.A.P.H. Em consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), aos 26 dias do mês de agosto de 2024, consta o código do estabelecimento sendo de nº Q-8640-2/99; atribuído às atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica. Em consulta ao (CNAE); dispõe que a atividade principal da entidade é de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência. (Consulta realizada em 26/08/2024). Constata-se a regularidade na formalização deste instrumento. Cláusula 1ª, Objeto: Discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão e na execução das ações e serviços voltados ao funcionamento do Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa, a serem prestados pela Contratada, assegurando assistência universal e gratuita. Cláusula 2ª, dispõe acerca do Prazo, Prorrogação, Valor e Repasse. Com vigência de 12 (doze) meses contados da data da assinatura. Valor Global: (R\$26.113.300,50); pago através de parcelas no importe de (R\$2.048.587,56), nos meses de fevereiro de 2024 a abril de 2024, e (R\$2.218.615,31), nos meses de maio/2024 a fevereiro de 2025, para fins de cumprimento do Plano de Trabalho/Termo de Referência que integram o instrumento. Cláusula 3ª, trata da Execução Orçamentária e Prestação de Contas. O acompanhamento orçamentário/financeiro será efetivado por meio de entrega mensal do Relatório de Prestação de Contas; a ser consolidado anualmente, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas efetivamente realizados. A prestação de contas deverá ser entregue pela Contratada, até o trigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência. As dotações orçamentárias para custear as despesas do Contrato são: Ficha 371 - Fonte de Recurso 01.0500.000.002; Ficha 380 - Fontes de Recursos 01.0500.000.002; 01.0621.000.000 e Fonte de Recurso 01.0600.000.002; Ficha 390 - Fonte de Recursos 01.0500.000.002, e Fonte de Recurso 01.0600.000.002. Cláusula 5ª; das Condições de Pagamento, dispõe que as parcelas serão pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês vigente, mediante apresentação de Recibo, por meio de transferência bancária em conta de titularidade da Contratada. Cláusula 4ª, trata das Condições de Pagamento. Cláusula 5ª, trata da Manutenção e Apresentação dos Documentos Fiscais e Contábeis. Cláusula 6ª, dispõe acerca da Destinação dos Materiais Permanentes. Cláusula 7ª, Demonstrativos Contábeis e Financeiros. Cláusula 8ª, trata das Obrigações e Responsabilidades da Contratada. Cláusula 9ª, trata das Obrigações da Contratante. Cláusula 10ª, trata da Avaliação e Fiscalização do Contrato. Cláusula 11ª, trata do Acompanhamento. Cláusula 12ª, trata da Alteração Contratual. Cláusula 13ª, trata das Penalidades. Cláusula 14ª, da Rescisão. Cláusula 15ª, Disposições Finais. Cláusula 16ª, da permissão de Uso, móveis e imóveis, arrolados e discriminados em documento anexo ao Contrato. Cláusula 17ª, Do Foro; eleito pelas partes o Foro de Iturama. O Contrato consta assinatura das partes em 16/02/2024.

Tais fatos estão de acordo com a Lei 8.666/1993, artigo 54, § 1º, c/c, o artigo 55 da mesma Lei. Lei nº 14.133/2021, artigo 89, § 1º e § 2º, e artigo 92, artigo 190; do mesmo Diploma Legal.

Fonte da Evidência: CONTRATO DE GESTÃO nº 15/2024 - Processo Licitatório nº 145/2023 - Chamamento Público nº 09/2023.
Consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), aos 26 dias do mês de agosto de 2024.
Consulta ao site oficial do Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE), aos 26 de agosto de 2024. Última atualização em 10/08/2024, às 23:59:59.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686553

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Os Contratos e/ou Convênios formulados com os prestadores hospitalares de Serviços ao SUS; fora precedidos de Processos Licitatórios.

Evidência: Foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS):

CONTRATO DE GESTÃO nº 117/2018 - Credenciamento/Inexigibilidade nº 09/2018 - Processo Licitatório nº 95/2018 - Processo Administrativo nº 7106/2018; formalizado entre a Prefeitura Municipal de Iturama, através de sua Secretaria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Municipal de Saúde e o INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE À VIDA.

CONTRATO DE GESTÃO nº 68/2023 - Processo Licitatório nº 89/2023 - Dispensa de Licitação nº 25/2023; formalizado entre a Prefeitura Municipal de Iturama representada pelo Senhor Prefeito, e o INSTITUTO GÊNNESIS - GESTÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA.

CONTRATO DE GESTÃO nº 15/2024; originário do Processo Licitatório nº 145/2023 - Chamamento Público nº 09/2023; celebrado pelo Município de Iturama, representado pelo Senhor Prefeito e o Fundo Municipal de Saúde, com representação do Senhor Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS/Municipal, e do outro lado a SOCIEDADE BRASILEIRA CAMINHO DE DAMASCO.

Conclui-se que os Contratos formalizados com os prestadores hospitalares de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), foram precedidos de Processos Licitatórios; inclusive com as respectivas publicações dos editais.

Tais fatos estão de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 132, caput. Lei nº 14.133/2021, artigo 190, e artigo 191.

Fonte da Evidência: CONTRATO DE GESTÃO nº 117/2018 - Credenciamento/Inexigibilidade nº 09/2018 - Processo Licitatório nº 95/2018 - Processo Administrativo nº 7106/2018.

CONTRATO DE GESTÃO nº 68/2023 - Processo Licitatório nº 89/2023 - Dispensa de Licitação nº 25/2023 - INSTITUTO GÊNNESIS - GESTÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686556

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Os Processos Licitatórios dos Convênios e/ou Contratos formalizados com os prestadores de serviços do SUS não estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável.

Evidência: Analisados os processos licitatórios disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS); tais como: Contrato de Gestão nº 15/2024; encontram-se devidamente instruídos. HOUVE IRREGULARIDADE quanto à formação da Comissão de Licitação; ocorrendo reincidência dos componentes (membros) de sua formação, no exercício de 2017, 2018, e 2019; sendo; porém; a mesma Comissão de Licitação para os três períodos, observando as seguintes Portaria Municipais: Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2017, designa pregoeiro e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade de pregão, durante o exercício de 2017, e dá outras providências. Pregoeira oficial: L.H.Q.M. Titulares: M.P.B., C.L.F., e J.J.S.F. Suplentes: H.N.G. e M.Q.M.

Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2018, designa pregoeiro e equipe de apoio para atuar em licitações na modalidade de pregão, durante o exercício de 2018. Pregoeira Oficial: L.H.Q.M. Titulares: M.B.B., C.L.F., J.J.S.F. Suplentes: H.N.G., M.A.Q.M.

Portaria nº 03, de 09 de janeiro de 2019; designa pregoeiro e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade de pregão, durante o exercício de 2019. Pregoeira Oficial: L.H.Q.M. Titulares: M.B.B., C.L.F., J.J.S.F. Suplente: H.N.G., A.Q.M.

Portaria nº 02, de 06/01/2020, nomeia pregoeiro e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade de pregão, durante o exercício de 2020. Pregoeira Oficial: L.H.Q.M. Titulares: M.B.B., A.B.C., J.J.S.F. Suplentes: H.N.G. e M.A.Q.M.

Portaria nº 03, de 04/01/2021; designa pregoeiros e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade de pregão, durante o exercício de 2021, e dá outras providências. Pregoeira Oficial: L.H.Q.M. Titulares: C.S.S., M.A.Q.M., J.J.S.F. Suplentes: E.A.S.S. e D.M.A.

Não disponibilizou a Portaria de designação de Comissão de Licitação, referente ao exercício de 2022.

Portaria nº 02, de 02/01/2023; designa pregoeiro e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade de pregão, durante o exercício de 2023. Pregoeira Oficial: L.H.Q.M. Titulares: C.S.S., E.A.S.S., J.J.S.F. Suplentes: M.A.Q.M. e D.M.A.

Portaria nº 30, de 23 de novembro de 2023, institui e nomeia membros à Comissão Especial de Credenciamento para



seleção de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas sob a forma de fundação ou associação, para se qualificarem como Organização Social na área da saúde e dá outras providências.

Dispõe em seu artigo 1º, que a Comissão Especial terá a responsabilidade de analisar a documentação apresentada pelas pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas sob a forma de fundação ou associação para se qualificarem com Organização Social na área da saúde no processo de Chamamento Público em 2023. Em seu artigo 2º, prevê que a Comissão Especial de Credenciamento será assistida pela Comissão Permanente de Licitação, para o período de 2023.

Portaria nº 03, de 12 de janeiro de 2024, prorroga prazo de 30 (trinta) dias para conclusão da Comissão Permanente de Licitação, em que menciona que a Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2023, seria composta por: Presidente: J.J.S.F. Vice-Presidente: C.S.S., 1º Secretário E.A.S., 2º Secretário M.A.Q.M., e Suplente D.M.A.

Portaria nº 05, de 02 de janeiro de 2024, designa o agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações no Município de Iturama/MG; sendo L.H.Q.M., (Pregoeira). 2º agente de contratação e pregoeiro substituto permanente: M.A.F., C.S.S., J.J.S.F., M.A.Q.M., E.A.S., e D.M.A., (equipe de apoio às contratações Municipais derivadas da Lei nº 14.133/2021).

A IRREGULARIDADE encontrada reside na Tréplica das Comissões dos exercícios: (2017, 2018, 2019).

Tais fatos estão em desacordo com a Lei 8.666/93, artigo 51, § 4º, c/c o artigo 38, inciso XI, da 8666/93.

Fonte da Evidência: Contrato de Gestão nº 117/2018 - Credenciamento/Inexigibilidade nº 09/2018 - Processo Licitatório nº 95/2018 - Processo Administrativo nº 7106/2018.

O Contrato de Gestão nº 68/2023 - Processo Licitatório nº 89/2023 - Dispensa de Licitação nº 25/2023.

Contrato de Gestão nº 15/2024 - Processo Licitatório nº 145/2023 - Chamamento Público nº 09/2023.

Portaria Municipal nº 01, de 02 de janeiro de 2017.

Portaria Municipal nº 01, de 02 de janeiro de 2018.

Portaria Municipal nº 03, de 09 de janeiro de 2019.

Portaria Municipal nº 02, de 06 de janeiro de 2020.

Portaria Municipal nº 03, de 04 de janeiro de 2021.

Portaria Municipal nº 02, de 02 de janeiro de 2023.

Portaria Municipal nº 03, de 12 de janeiro de 2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de manifestação escrita a SMS de Iturama, correspondência sem número, datada em 04/10/2024, assinada pelo Procurador do Município (OAB/MG 95032), o qual responde ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, datado em 30/08/2024, nos seguintes termos:

No que concerne à regularidade da formação da Comissão Permanente de Licitação, esclarece-se desde já que esta Administração buscou o atendimento à legislação, de modo que os componentes da CPL dispusessem da devida qualificação necessária para o desempenho de suas funções. Em respeito à regra geral estabelecida pelo caput do artigo 51, ora mencionado, foram selecionados servidores cujas características fossem compatíveis com os requisitos para a composição da Comissão Permanente de Licitação. Esclarece-se que a recondução dos mesmos nos exercícios de 2018 e 2019 deu-se apenas e tão somente pela inexistência de pessoal qualificado aptos à composição da CPL, em substituição daqueles e, deste modo, em respeito à regra geral do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/1993, foram mantidos os mesmos servidores. Cumpre ressaltar a despeito da irregularidade apontada, nota-se que a recondução dos servidores em questão deu-se com vistas ao cumprimento da finalidade pública, através do desempenho das funções por pessoal devidamente qualificado para tanto. Deste modo a Administração optou pela manutenção dos membros, de modo a afastar a ilegalidade de selecionar membros inaptos, cujos requisitos legais não seriam preenchidos. Cabe ressaltar ainda que tal fato não representou quaisquer prejuízos para a Administração ou para o interesse público, tendo em vista a conduta impessoal dos servidores, sempre voltados ao estrito cumprimento da legislação, em respeito aos princípios da razoabilidade, legalidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024, datado em 30/08/2024, foi notificado o Senhor R.R.B.R., (Pessoa Física); porém não se manifestou acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1. A justificativa do Auditado, não foi suficiente para afastar a não conformidade. Houve flagrante violação da Lei nº 8.666/1993, artigo 51, § 4º, c/c o artigo 38, inciso XI.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Recomenda-se à SMS, designar os agentes de contratação (com a função de tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação) e os membros da comissão de contratação (responsável por receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares) em conformidade com o art. 8º, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.246/2022, e com regulamento Municipal.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686586

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Plano Municipal de Saúde (PMS) foi elaborado pela SMS; registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em consulta ao DIGISUS no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparentia/downloads>; aos 23 (vinte e três) do mês de abril de 2024, consta a elaboração do Plano Municipal de Saúde - Vigência 2022 a 2025. Aprovada no exercício de 2023, em 22/03/2023.

Quanto ao encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde (CMS), extrai-se de documento intitulado Correspondência Interna, assinada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, endereçado à Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em que encaminha o Plano Municipal de Saúde para os períodos 2022/2025, para a aprovação do (CMS); e ainda menciona que o referido (PMS), será inserido no DIGISUS do Ministério da Saúde; (documento assinado em 01/08/2021). A Resolução Municipal de nº 04, de 12 de agosto de 2021, dispõe sobre as conclusões acerca do Plano Municipal de Saúde do Município de Iturama, relativo ao Período 2022-2025. Em seu artigo 2º, aprova novas propostas com Objetivos, Diretrizes e Metas a serem alcançadas no Plano Municipal de Saúde de Iturama para o Período 2022-2025. Resolução homologada em 12 de agosto de 2021.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 94, § único, inciso I, e artigos 95 e 96, Caput e § 7º; artigo 435 e artigo 436, inciso I, a.

Fonte da Evidência: Consulta ao DIGISUS aos 23 dias do mês de abril de 2024, o Plano Municipal de Saúde 2022-2025, no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparentia/downloads>
Correspondência Interna de encaminhamento do (PMS) à Presidente do (CMS), (01/08/2021).
Resolução Municipal nº 04, de 12 de dezembro de 2021; (Resolução do Conselho Municipal de Saúde), assinada em 12 de agosto de 2021).

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686587

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A Programação Anual de Saúde (PAS) foi elaborada pela (SMS) registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em consulta ao Sistema DIGISUS no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; em 23/04/2024, aponta que foi elaborado pela (SMS), a Programação Anual de Saúde (PAS) referente ao exercício de 2024.

O encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, ocorreu em 05/04/2024, segundo Correspondência Interna, assinada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, e endereçada à Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS); que o recebeu em 16/04/2024.

Consta em Ata de reunião do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 23/04/2024, a aprovação por unanimidade da Programação Anual de Saúde (PAS - 2024).

A Resolução que homologa a aprovação da (PAS 2024), pelo (CMS) é a de nº 02, de 26 de abril de 2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 94, § único, inciso I, artigos; 95, 97, 98, inciso I, artigos; 435 e 436, inciso I, b.

Fonte da Evidência: Consulta da Programação Anual de Saúde no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; em 23/04/2024.
Correspondência Interna datada em 05/04/2024.
Ata de reunião do (CMS) realizada em 23/04/2024.
Resolução nº 02, de 26 de abril de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686593

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Relatório Anual de Gestão (RAG) foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em consulta ao Sistema DIGISUS no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; dispõe que o Relatório Anual de Gestão (RAG) do exercício de 2023, foi elaborado pela (SMS) no referido sistema, (consulta realizada em 23/04/2024).

Analisa a documentação intitulada Correspondência Interna, datada em 28/03/2024, assinada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, endereçada à Presidente do Conselho Municipal de Saúde; o qual encaminha Relatório Anual de Gestão (RAG) 2023, objetivando aprovação pelo (CMS). O Relatório Anual de Gestão (RAG) 2023, foi aprovado com a homologação em Resolução nº 01, de 25 de abril de 2024; assinada pela Presidente do Conselho. Em seu artigo 1º, dispõe a aprovação do (RAG), e registro no Sistema DIGISUS; em conformidade com a Portaria MS/MG, nº 750, de 29 de abril de 2019.

Em reunião registrada em Ata realizada ao vigésimo terceiro dia (23º) do mês de abril de 2024; com a presença de todos os conselheiros integrantes do (CMS); aprovaram por unanimidade o (RAG) de 2023.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01 de 28/09/2017, artigo 94, § único, inciso I, e artigo 95 e 99, caput e § 3º, artigo 435 e artigo 436, inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, artigo 15.

Fonte da Evidência: Consulta ao Relatório Anual de Gestão de 2023, no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>, (23/04/2024).



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Correspondência Interna, datado em 28/03/2024.

Ata de Reunião do Conselho Municipal de Saúde (23/04/2024).

Resolução nº 01, de 25 abril de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686595

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) foram elaborados pela SMS no DIGISUS; mas encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde (CMS), e para apresentação à Casa Legislativa Municipal; intempestivamente.

Evidência: Em consulta ao Sistema DIGISUS em (23/04/2024) no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparentia/downloads>; consta que a (SMS), elaborou o 1º RDQA, 2º RDQA, e 3º RDQA; referentes ao exercício de 2023; tendo como data da última ocorrência 15/04/2024.

Em Correspondência Interna datada em 05/04/2024, o Senhor Secretário Municipal de Saúde, encaminha à Presidente do Conselho Municipal de Saúde os 1º, 2º, e 3º (RDQA s) - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, do exercício de 2023, mencionando a sua inserção (RDQA s) no Sistema DIGISUS do Ministério da Saúde. Documento recebido pela Presidente do (CMS) em 16/04/2024.

Foi registrado em Ata de reunião do (CMS), realizada em 23/04/2024, agendamento de reunião para o dia 26/04/2024, com o objetivo de apreciação pelos conselheiros os RDQA s, do período de 2023.

A Resolução nº 03, de 26 de abril de 2024, dispõe acerca da conclusão da análise do 1º RDQA, (janeiro, fevereiro, março e abril de 2023).

A Resolução nº 04, de 26 de abril de 2024, dispõe acerca da conclusão de análise do 2º RDQA, (maio, junho, julho e agosto) de 2023.

E por derradeiro a Resolução nº 05, de 26 de abril de 2024, dispõe acerca da conclusão de análise do 3º RDQA, (setembro, outubro, novembro e dezembro) de 2023.

Portanto, dispõe o artigo 1º das respectivas Resoluções, a aprovação dos respectivos Quadrimestres, que serão registrados no Sistema DIGISUS, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 750, de 29 de abril de 2019, que altera a Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS, de 29 de setembro de 2017.

Em relação ao encaminhamento dos RDQA (s) à Casa Legislativa Municipal, está consignado em Ofício nº 028/2024/SMS/GS, datado em 26/04/2024, assinado pelo Senhor Secretário de Saúde, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal possibilidade de agendamento para apresentação dos RDQA (s), aos dezessete (17) dias do mês de maio, no horário das 08h00min.

Tais fatos estão em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01, de 28/09/2017, artigo 100. Lei Complementar nº 141/2012, artigo 34, § 5º.

Fonte da Evidência: Consulta realizada no Sistema DIGISUS: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparentia/downloads>.

Ata de reunião dos conselheiros membros do Conselho Municipal de Saúde (23/04/2024).

Correspondência Interna datada em 05/04/2024, encaminhamento RDQA/2023, ao (CMS).

Resoluções do (CMS) de Iturama: 01, de 26/04/2026, Resolução 02, de 26/04/2024. Resolução 03, de 26 de abril de 2024.

Resolução nº 04, de 26/04/2024, (conclusão da análise do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior), do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



exercício de 2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de manifestação escrita, a SMS de Iturama Ofício nº 075/2024/SMS/GS, datado em 30/09/2024 referente à resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, datado em 30/08/2024; o Senhor R.R.B.R., enquanto representante legal da Pessoa Jurídica, respondendo se manifestou da seguinte forma:

...venho informar que diante do Relatório Preliminar da auditoria realizada no município de Iturama/MG, referente à Constatação nº 686595, que cita "Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) foram elaborados pela SMS no DIGISUS; mas encaminhados ao Conselho municipal de Saúde (CMS), e para apresentação à Casa Legislativa; intempestivamente". Justifico que o 1º, 2º, e 3º RDQAs referentes ao exercício de 2023 foram aprovados pelo Casa Legislativa municipal na data de 27/09/2024 (vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro), conforme lista de presença anexo.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 496/2024, datado em 30/08/2024 (Pessoa Física), foi notificada acerca da não conformidade; porém não se manifestou.

Análise da Justificativa: 1. A justificativa apresentada acompanhada de documento, não foram suficientes para afastarem integralmente a não conformidade, tendo em vista não corrigir o fato perpetrado; ou seja o não cumprimento do prazo prescrito na Legislação.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

2. Não houve manifestação da Pessoa Física.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Recomendação: Recomenda-se à SMS, cumprir os procedimentos e prazos dispostos na Portaria de Consolidação nº 01, de 28/09/2017, artigo 100. Lei Complementar nº 141/2012, artigo 34, § 5º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA	18 457.242/0001-74

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 686480

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: O Convênio nº 02/2022 firmado com a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida Ltda; não dispõe de cláusulas exigidas em legislação.

Evidência: Em análise ao CONVÊNIO Nº 02/2022, celebrado entre o Município de Iturama, através da Secretaria Municipal de Saúde, gestora do SUS Municipal, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde, e a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida Ltda, entidade empresarial, cadastrada no CNPJ sob o nº 19.109.198/0001-74, CNES 2208040, representada pela Dra. L. L. P., responsável pela execução e prestação de contas do recurso financeiro que será repassado no Módulo Novo Vínculos, Novos Prestadores do Valora Minas do Estado de Minas Gerais. A CONVENIADA, é cadastrada no (CNAE), cujo código é 8610101 (atividade de atendimento hospitalar, EXCETO pronto socorro e unidades para atendimento a urgência).

Objeto: Tem por objeto a adesão do Município/SMS às regras previstas na Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de novembro de 2020 e 7830, de 05 de novembro de 2021, e Termo de Compromisso nº 389/7830, de 25 de novembro de



2021, e alterações que regulamenta o Módulo Novos Vínculos, Novos Prestadores do Valora Minas, visando a execução de ações e serviços no âmbito do SUS, mediante a definição de indicadores e metas.

Vigência: Dispõe que o prazo de vigência será de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de sua assinatura. Assinado em 12/09/2022.

Quanto à escolha da Administração em formalizar instrumento com empresa privada, fato esse que está em consonância com o artigo 199, § 1º, da Constituição Federal/1988, que dispõe: Artigo 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes desta, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

E ainda; a Portaria GM/MS nº 1.034/2010, dispõe em seu artigo 3º: Artigo 3º A participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no SUS será formalizada mediante contrato ou convênio, celebrado entre o ente público e a instituição privada, observadas as normas de direito público e disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. Para a complementação de serviços de saúde com instituições privadas serão utilizados os seguintes instrumentos:

I - convênio, firmado entre o ente público e a instituição privada sem fins lucrativos, quando houver interesse comum em firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde.

Artigo 24. A contratualização poderá ser firmada, dentre outros, pelos seguintes instrumentos: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, art. 24). I- Convênio:(PT GM/MS nº 1.034/2010).

Irregularidades:

1. Omissão de Cláusula que expresse o valor financeiro e dotação orçamentária.

Em consulta à Resolução SES/MG nº 7830/2021 - Anexo II - Lista dos Beneficiários sob Gestão Municipal e seus Prestadores; o Município de Iturama, (código do IBGE 313140); foi contemplado com o valor financeiro no importe de R\$ 168.978,97 (cento e sessenta e oito mil; novecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Embora a alusão feita na Cláusula Segunda, quanto ao valor previsto na Resolução SES/MG 7830/2021; fato esse não exime de formalização prescrita no Instrumento Contratual.

2. Não consta no instrumento a sede (endereço) da Conveniada; foi preciso consultar no site oficial do (CNES), em que registra o endereço; sendo na Rua Ituiutaba, nº 712, Centro, CEP: 38.280-000, Iturama/MG.

Oportuno ressaltar que o presente instrumento é cópia do Termo de Compromisso nº 389/7830, alterado tão somente a folha de rosto (Título do Instrumento, Partícipes e sua Respectiva qualificações). Tal prática (cópia) sem observância da leitura de todo o conteúdo instrumental, incorre em omissões; por incúria, negligência e imprecisão.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.666/1993, artigo 38, inciso, parágrafo único, artigo 54, § 1º, c/c o artigo 55, inciso III, e inciso V, da mesma Lei.

Fonte da Evidência: CONVÊNIO Nº 02/2022.

Consulta ao site oficial do (CNES), em 08/08/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de manifestação escrita, a SMS de Iturama Ofício nº 081/2024/SMS/GS, datado em 07/10/2024, referente à resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 495/2024, datado em 30/08/2024; o Senhor R.R.B.R., enquanto representante legal da Pessoa Jurídica, respondendo se manifestou da seguinte forma:

No Convênio nº 02/2022, CLÁUSULA TERCEIRA - DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS, destaco que o no item "a" fica evidenciado o valor total estimado para repasse de R\$ 168.978,96, bem como no item "f" é apontada a Dotação Orçamentária de nº 4291.10.302.154.4454.0001.334141.10.1.

Já a respeito da não conformidade da sede (endereço) da Conveniada, este de fato não consta no instrumento, onde



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



aponto que a mesma se situa na Rua Ituiutaba, nº 712 - Centro, Iturama/MG.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDUS, nº 496/2024, datado em 30/08/2024, (Pessoa Física), foi notificada acerca da não conformidade; porém não se manifestou.

Análise da Justificativa: 1. Acatada a justificativa, face as argumentações apontadas e observada a Cláusula mencionado pela Defesa; (CLÁUSULA TERCEIRA - DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS). Com amparo na Lei nº 8.666/1993, artigo 38, inciso, parágrafo único, artigo 54, § 1º, c/c o artigo 55, inciso III, e inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

Acatamento da Justificativa: Sim

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 30/08/2024

Ofício Nº: 4932024

Data: 30/08/2024

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDUS no 495/2024, de 30/08/2024, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº742 à Secretaria Municipal de Saúde de Iturama, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 09/09/2024, conforme Aviso de Recebimento dos Correios anexo ao processo de auditoria.

Foi também encaminhado o Ofício SES/GAB-AUDUS nº 496/2024 de 30/08/2024, juntamente com o Relatório Preliminar, ao Sr. R.R.B.R. (pessoa física responsabilizável à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido, no dia 06/09/2024, conforme Aviso de Recebimento dos Correios.

Por meio dos Ofícios nº 73 e 74 de 20/09/2024; Ofício nº75 de 30/09/2024; Ofício nº 76 de 04/10/2024; Ofícios nº 80 e 81 de 07/10/2024 ; e correspondência sem número mencionada na justificativa da constatação nº 686556, o Sr. R.R.B.R. representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Iturama, apresentou manifestação em 1ª instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria. O Sr. R.R.B.R. (pessoa física) não apresentou manifestação em 1ª instância.

O Relatório Final de Auditoria foi elaborado e será encaminhado à pessoa jurídica, bem como a pessoa física responsável, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em 2ª instância.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Iturama foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG no 2.906, de 24/08/2011. Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de:

Inexistência do Componente Municipal de Auditoria(CMA)implantado; falta de equipe multiprofissional exclusiva para desempenhar as ações de auditoria assistencial; ausência de ato legal de criação do CMA; falta de regulamento próprio da auditoria; falta de registros das ações realizadas pelo CMA, como Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas.

Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA): ausência de implantação de protocolos de regulação de acesso; falta de capacitação permanente das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA, bem como falta de capacitação permanente dos profissionais do SCRA; falhas na execução do controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território e no controle da referência dos seus munícipes a ser realizada em outros municípios; ausência de participação na elaboração e revisão periódica da PPI; além de inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD.

Irregularidades no Fundo Municipal de Saúde (FMS):Os Processos Licitatórios dos Convênios e/ou Contratos formalizados com os



prestadores de serviços do SUS não estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável; assim como, O Convênio nº 01/2024 firmado com a Sociedade Brasileira Caminho de Damasco não dispõe de cláusulas exigidas em legislação.

Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) foram elaborados pela SMS no DIGISUS; mas encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde (CMS), e para apresentação à Casa Legislativa Municipal; intempestivamente.

O Sr. R.R.B.R., representante legal da SMS de Iturama, apresentou manifestação em 1ª instância em relação às não conformidades presentes no Relatório Preliminar desta auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria, sendo que algumas justificativas foram acatadas; outras não foram acatadas, uma vez que os argumentos e/ou documentos apresentados não foram suficientes para afastar as não conformidades. Foram emitidas as recomendações para cada justificativa não conforme, que deverão ser implementadas, de acordo com a legislação do SUS.”

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

ENCAMINHAMENTOS:

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria no 742, para conhecimento e manifestação em segunda instância:

1- Ofício de Aplicação de Penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Iturama (pessoa jurídica)

2- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. R.R.B.R. (pessoa física).

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também poderá ser dada ciência dos resultados dessa auditoria, conforme o caso:

1- Ao Conselho Municipal de Saúde de Iturama;

2- À Superintendência Regional de Saúde de Uberaba.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



IX - ANEXOS

Quadro Demonstrativo de Atendimento TFD

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO TFD – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO MÊS DE REFERÊNCIA NOVEMBRO/2023, DEZEMBRO/2023 E JANEIRO/2024 – MUNICÍPIO DE ITURAMA/MG. CONSTATAÇÃO Nº: 686408.

DESTINO ESTADO	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	CNES	CREDENCIADA SUS	TIPO DE ATENDIMENTO
FERNANDÓPOLIS/SP	SANTA CASA	2093324	SIM	HEMODIÁLISE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO	6859186	SIM	REABILITAÇÃO
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	HOSPITAL DE BASE	2077396	SIM	ONCOLOGIA E EXAMES
RIBEIRÃO PRETO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO	2082187	SIM	HEMOFILIA
SÃO PAULO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE SÃO PAULO	2078015	SIM	NEURO
UBERLÂNDIA/MG	UIAI LUIZOTE	2153017	SIM	OFTALMO E PSIQUIATRIA
SÃO PAULO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE SÃO PAULO	2078015	SIM	UROLOGIA
CAMPINAS/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE UNICAMP DE CAMPINAS	2079798	SIM	OFTALMO E ANCOLOGIA
RIBEIRÃO PRETO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS FAEPA DE RIBEIRÃO PRETO	2082187	SIM	ORTOPEDIA
RIBEIRÃO PRETO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS FAEPA DE RIBEIRÃO PRETO	2082187	SIM	ESCLEROSE
UBERLÂNDIA/MG	HOSPITAL DAS CLÍNICAS	2146355	SIM	ESOFAGO
RIBEIRÃO PRETO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO	2082187	SIM	ANOMALIA DE CHIARI
FRUTAL/MG	UNID. TERAPIA RENAL FERNANDO MENDONÇA DE CASTRO	7107234	SIM	HEMODIÁLISE
ARAÇATUBA/SP	CENTRO DE ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA COM DEFICIENCIA	9215417	SIM	ODONTO
GOIÂNIA/GO	HOSPITAL DAS CLÍNICAS FOIANIA	2838424	SIM	REUMATOLOGISTA
RIBEIRÃO PRETO/SP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS FAEPA DE RIBEIRÃO PRETO	2082187	SIM	DERMATO
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	CAPS II	5303486	SIM	PSIQUIATRIA
BAURU/SP	HOSPITAL DE REABILITAÇÃO ANOMALIAS CRANIO FACIAL	2790564	SIM	ODONTO
UBERLÂNDIA/MG	UIAI LUIZOTE	2153017	SIM	CONSULTA

Fonte: Planilha disponibilizada pela SMS/Iturama